

A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo

Jacqueline Authier-Revuz¹

Tradução: Heber Costa e Silva² e

Dóris de Arruda C. da Cunha³

Tradução do texto original “*La représentation du discours autre: un champ
multiplement hétérogène*”⁴.

Resumo: Este artigo trata de quatro níveis de inscrição de heterogeneidade: (1) da delimitação do campo da representação do discurso outro no campo da metadiscursividade; no plano (2) da natureza heterogênea das formas; no nível (3) de uma articulação que mantém a disparidade entre o plano dos valores na língua e dos funcionamentos e efeitos no discurso; (4) na relação entre essas duas heterogeneidades (representada/constitutiva), tão irreduzíveis uma à outra quanto solidárias uma à outra, a das formas que “representam” o discurso outro no fio do discurso e a da presença fundamental em todo discurso de uma exterioridade discursiva que o “constitui”.

Palavras-chave: Representação do discurso outro. Heterogeneidade. Metadiscursividade.

Abstract: This paper addresses four levels of heterogeneity inscription: (1) in the demarcation of the representation of another discourse within the field of metadiscursivity; on the plane (2) of the heterogeneous nature of the forms; (3) in the articulation that maintains the disparity between the plane of language values and the plan of effects and inner workings of discourse; (4) in the relationship between the two heterogeneities (represented/constitutive), as irreducible to each

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Paris 8 (1992), é Professora Emérita da Université Sorbonne Nouvelle Paris 3.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, possui mestrado em Linguística (2011) e Graduação em Letras (2006) pela mesma instituição.

³ Doutora em Ciências da Linguagem pela Université Paris Descartes, França (1990), é Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco e pesquisadora do CNPq.

⁴ In: *Le discours rapporté dans tous ses états: question de frontières*, J.-M. Lopez-Munoz, S.Marnette, L. Rosier (eds), Paris, L'Harmattan, 2004, p. 35-53. Apresentado originalmente no colóquio: O discurso reportado em todos os seus estados, Bruxelas, 8-11 de novembro de 2001.

other as they are reciprocal, one related to the forms that “represent” another discourse in discourse continuum, the other related to the fundamental presence, in every discourse, of a discursive exteriority that “constitutes” it.

Keywords: Representation of another discourse. Heterogeneity. Metadiscursivity.

Résumé: L'article évoque les niveaux d'inscription d'une hétérogénéité: (1) de la délimitation du champ de la représentation du discours autre dans celui de la métadiscursivité; au plan (2) de la nature hétérogène des formes; à celui (3) d'une articulation maintenant la disparité entre plan des valeurs en langue et des fonctionnements et effets en discours; dans la mise en rapport, (4) de ces deux hétérogénéités (représentée/constitutive) aussi irréductibles l'une à l'autre qu'elles sont solidaires l'une de l'autre, celle des formes qui "représentent" du discours autre au fil du discours, et celle de la présence foncière dans tout discours d'une extériorité discursive qui le "constitue".

Mots-clefs: Représentation du discours autre. Hétérogénéité. Métadiscursivité.

Longe de ser uma questão resolvida, à qual bastasse refinar um ou outro ponto consensual, o “discurso reportado”, especialmente quando abordado, como sugeria o belo título do colóquio, “em todos os seus estados”, traz à tona uma grande diversidade de objetos e questionamentos. Além de ser um indício da vitalidade das pesquisas nesse complexo domínio, essa heterogeneidade de abordagens — que o discurso reportado sem dúvida compartilha com toda questão aberta, viva, debatida — pode certamente ser relacionada com o fato de esse campo, que hoje eu prefiro chamar de “representação do discurso outro”, ser especificamente atravessado pelo heterogêneo.

Tratarei, de forma sucessiva, de quatro lugares, ou níveis, de inscrição de heterogeneidade: no próprio princípio, primeiramente, (1) da delimitação do campo da representação do discurso outro⁵ no

⁵ Lista de abreviaturas: RDA: representação do discurso outro; DD, DDL: discurso direto, discurso direto livre; DI: discurso indireto; DIL: discurso indireto livre; MDS: modalização como discurso secundário; MA: modalização autonímica; Ato de enunciação no processo de realização: A, com L; R: interlocutores; T, Loc: tempo, lugar; E: enunciado; Ato de enunciação representado: a, com l; r: interlocutores; t, loc: tempo, lugar; e: enunciado.

campo, mais amplo, da metadiscursividade; no plano (2) da natureza heterogênea das formas que o constituem e que não têm a coerência de um subsistema gramatical; no nível (3) de uma articulação que mantém a disparidade entre o plano dos valores na língua e dos funcionamentos e efeitos no discurso; por fim, (4) na relação entre essas duas heterogeneidades (representada/constitutiva) tão irredutíveis uma à outra quanto solidárias uma à outra, a das formas que “representam” o discurso outro no fio do discurso e a da presença fundamental em todo discurso de uma exterioridade discursiva que o “constitui”.

Em cada um desses lugares, são, crucialmente, questões de fronteiras que encontraremos: fronteiras externas entre a RDA e aquilo que não faz parte dela; fronteiras internas à RDA, entre formas, tipos, zonas...

1 O heterogêneo no princípio da constituição do campo na metadiscursividade

1.1 Mesmo tendo pouca afeição pela proliferação terminológica, atualmente eu prefiro usar “representação do discurso outro” em vez de “discurso reportado” para designar o campo como um todo por dois tipos de razões: negativas e positivas.

Entre as primeiras está a inadequação, frequentemente apontada, do termo “reportado” às imagens de discursos futuros, hipotéticos, negados, etc., como em (1):

(1) Haverá porventura alguém para dizer...; Seria bom que você lhe dissesse...; Ah! Se alguém tivesse dito...; Eu nunca disse...; etc.

ou seja, desprovido do referente — anterior ao ato de enunciação — para o qual o termo “reportar” poderia ser apropriado. Pode-se também destacar, em face da força da associação — estabelecida por uma longa tradição — entre “discurso reportado” e a trilogia DD, DI, DIL, que é fácil acrescentar a essa denominação o DDL, que é nada mais é do que um DD não marcado, mas é, por outro lado, muito mais complicado colocar nesse grupo o que faz parte da modalização do dizer por remissão a um discurso outro fonte⁶ (do tipo *segundo l, P, ou “X”, para retomar a expressão de l*), que estabelece uma relação com o discurso outro diferente da que prevalece no DD e no DI: um discurso outro *a partir do qual* se fala, e não um discurso outro *do qual* se fala.

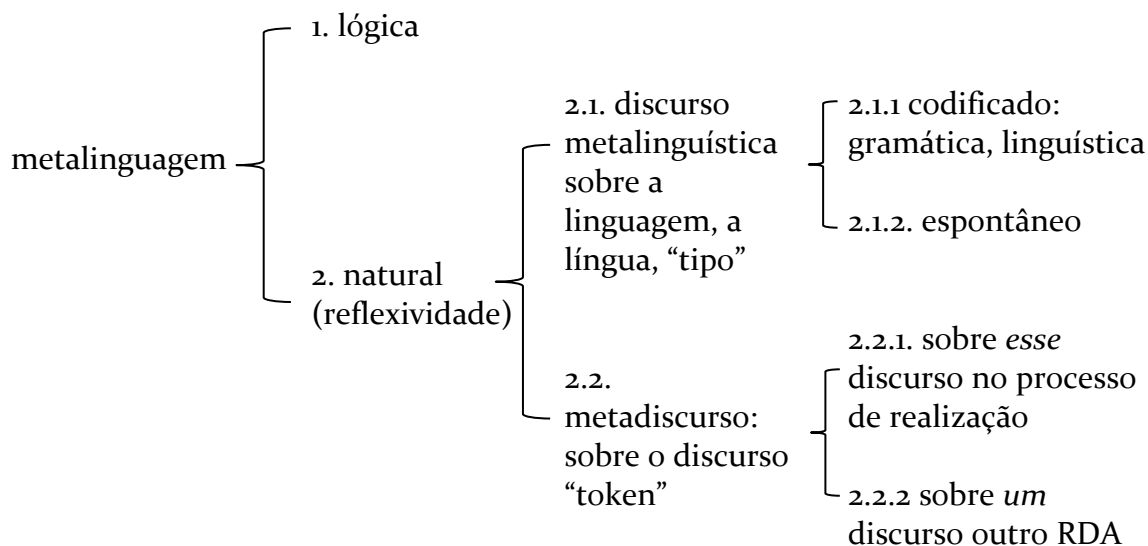
Entre as razões positivas, escolher o termo “RDA” é posicionar claramente o domínio em questão no campo que engloba a metadiscursividade (discurso sobre o discurso) com a especificação da alteridade (discurso outro) pela qual ele se distingue da autorrepresentação do discurso no processo de realização.

1.2 Inscrever o domínio do “discurso outro” e de seus modos de emergência no discurso, no campo da metalinguagem, pressupõe, evidentemente, não perder de vista — detendo-se nos “espantalhos” das metalinguagens lógicas ou, no interior da linguagem natural, nos “obstáculos” dos discursos metalinguísticos codificados dos gramáticos e linguistas que tinham por objeto a linguagem, em geral, as línguas e seus “tipos” — a riqueza da atividade languageira espontânea da qual ele faz parte.

⁶ N. dos T.: O *discurso outro fonte* é o que deu origem a uma outra enunciação na qual ele é retomado.

Percorrendo a estruturação sumária do universo da metalinguagem, apresentado em (2):

(2)



vemos — uma vez eliminado o item 1., completamente estranho à prática languageira — que o item 2.1.1., do discurso metalinguístico instituído, não aparece como a forma da metalinguagem natural “por excelência”, mas como uma de suas realizações, muito particular, inscrita nas exigências de uma discursividade científica ou, pelo menos, fortemente normatizada.

Ao meu ver, colocar a RDA (item 2.2.2.) nesse conjunto, como parte do metadiscurso (2.2.) ao lado, mas diferencialmente, daquele (2.2.1.) da autorrepresentação do dizer e, de modo geral, inscrevê-la no todo (2.) da metalinguagem natural é, entre outras coisas, reconhecê-la como integrante daquilo que Benveniste ou Culioli — bem depois dos filósofos como Wittgenstein e Merleau-Ponty, por exemplo — consideram como uma das propriedades essenciais da linguagem humana: sua reflexividade. É nessa condição de não limitar a linguagem à representação do mundo, mas de produzir “significância sobre a

significância”, de fazer proliferar a linguagem sobre si mesma em “camadas” de linguagem desconhecidas nas comunicações dos animais⁷, que reside o “poder maior” da linguagem humana e o que é próprio da relação humana — marcada por uma distância interna — com a linguagem, onde se constrói uma parte crucial da subjetividade⁸.

1.3 Não começarei aqui a examinar as formas observáveis dos quatro itens “da direita” do esquema, algo que mereceria ser conduzido sistematicamente para descrever tendências e rupturas. Seria particularmente interessante, na minha opinião, a comparação entre os dois itens da metadiscursividade (2.2.), ambos presentes na vida languageira cotidiana: explorada por um certo número de trabalhos (M.M. de Gaulmyn, E. Gülich, M.A. Morel, A. Borillo, eu mesma, por exemplo⁹), a zona 2.2.1. da autorrepresentação do dizer, ilustrada em (3) (cf. também, abaixo (9c) e (10a)):

(3) Foi necessário, eu diria (digo), muitos esforços; Para concluir, (Para começar, ...) eu diria que...; Havia (faço questão de dizer, é preciso dizer, pode-se dizer, se você permite a digressão, ...) uma grande multidão; Houve, estou

⁷ “Daí provém seu poder maior: o de criar um segundo nível de enunciação, onde se torna possível elaborar enunciados significantes sobre a significância. É nessa faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretação pela qual a língua engloba os outros sistemas.” [Benveniste (1969/2006:66)]

“[no caso das abelhas] a comunicação se refere somente a um certo dado objetivo. Não pode haver comunicação relativa a um dado “linguístico” [...]. A abelha não constrói uma mensagem à partir de outra mensagem.” [Benveniste (1952/1995:65)]

“[...] a linguagem permite sobreposições complicadas, razão pela qual podemos sempre usá-la para falar da linguagem, reportar as palavras de outrem, graças ao estilo direto, indireto ou indireto livre, retomar uma palavra mal compreendida, retransmitir uma mensagem... Esse é um traço que nunca encontramos na comunicação animal.” [Culioli (1967:70)]

⁸ Sobre certos aspectos da relação metalinguagem/subjetividade na enunciação, ver Authier-Revuz (1995:1-100).

⁹ Ver um panorama desse campo em Authier-Revuz (1995:15-25).

medindo bem minhas palavras (é essa a palavra adequada, se você concorda, ...), um “estrago”;

está longe de ser tão estudada quanto a da RDA (2.2.2.). Creio que a aproximação dos dois conjuntos de formas — em particular no que toca à relação com a modalização do dizer que emerge nesse nível 2.2. da metadiscursividade — seria produtiva para uma descrição dos dois campos.

Desse conjunto (2.), apontarei apenas duas zonas delicadas que têm relação com as fronteiras externas da RDA. Se comparamos os enunciados (4):

- (4) a. A frase “P” é gramatical.
- b. Ele disse: “P”.
- c. Diz-se X, mas também Y; Diz-se com prazer X quando...;
Diz-se mais facilmente X se ...

vemos que, entre os domínios claramente delimitados do discurso metalinguístico sobre a língua como sistema (4a) e do metadiscurso da RDA (4b), abre-se a zona de um discurso sobre a língua como soma de usos¹⁰ (4c), onde — através do “se”¹¹ — emerge uma representação da língua como “*discurso outro de um sujeito indeterminado*”, questionando a oposição 2.1./2.2.2.

Outra zona delicada se situa na fronteira entre a autorrepresentação *desse* discurso em processo de realização (2.2.1.) e a

¹⁰ Esses pontos de contato entre discurso sobre a língua e RDA mereceriam ser examinados tanto no plano da variedade sincrônica dos discursos (gramáticas “científicas”, crônicas normativas na imprensa, discurso espontâneo, etc.) quanto no de sua evolução, visto que as formas da retórica gramatical variaram consideravelmente ao longo dos séculos, cf. por exemplo Fournier (2002).

¹¹ N. dos T.: “On” em francês é usado ora como índice de indeterminação do sujeito, como o pronome “se” em português; ora substituindo “nós”, com o verbo na 3ª pessoa do singular, equivalendo ao uso de “a gente” em português.

representação *de um outro* discurso (2.2.2.)¹². No primeiro caso, todos os parâmetros enunciativos do ato representado (a) coincidem com os do dizer em processo de realização (A), como em (5), por exemplo¹³:

(5) Digo-lhe de forma direta: não vá.

Basta um parâmetro não coincidente entre (a) e (A) para “cair” do lado da RDA. Entre os dois, certas formas do presente de verbos de fala farão o enunciado se deslocar para a RDA pelo valor iterativo deles, ou serem transformadas em passado recente ou futuro próximo, como em (6):

- (6) a. Eu lhe digo regularmente para fazer com antecedência a sua declaração.
b. Eu lhe disse nesse instante que Maria vem jantar essa noite e você já se esqueceu.
c. Eu lhe digo daqui a pouco se posso vir, preciso olhar a minha agenda.

onde, por outro lado, os futuros modais (7a), mas também os *eu vou dizer* (7b) e os *eu disse* (7c), imagens do desenrolar temporal do dizer em processo de realização, irão para o lado da autorrepresentação:

- (7) a. Eu te direi que estou cansada desses atrasos repetidos.
b. Há uma grande troca de remédios, eu diria caseiros, porque tenho a língua grande. (conversa pessoal, maio de 1983)

¹² Seria preciso ainda articular o funcionamento metadiscursivo no quadro da unidade, co-enunciativa, de um par de enunciados *de um* e *de outro* a essa oposição representação do discurso (de si)/de um discurso outro (e talvez questioná-la).

¹³ O enunciado performativo representa a ponta extrema dessa coincidência, uma vez que em (5), ou (3), o dizer se produz *incluindo* sua própria representação, o enunciado performativo se realiza confundindo-se com sua representação.

c. É preciso negociar, eu disse negociar, com os interessados, e não... [...] (discussão, instância universitária, maio de 1994)

1.4 Depois desses pontos de diferenciação, eu gostaria destacar, ao contrário, o caráter transversal ao conjunto do campo 2. da reflexividade metalinguagem de duas operações extremamente gerais: a da *produção de paráfrase*, isto é, de um equivalente em termos de “significado” ou de “sentido” dependendo do item onde se situa, como paráfrase linguística (8a e b) ou discursiva¹⁴ (8c e d):

(8) a. (2.1.1.) A frase ambígua “a crítica de Voltaire é fraca”

significa que Voltaire faz uma crítica fraca ou que ele foi criticado de modo fraco (oral, aula de linguística, fevereiro de 1992)

b. (2.1.2.) “Agora é tarde, Inês é morta” quer dizer que não há mais nada a fazer¹⁵. (oral, resposta à uma pergunta de um locutor estrangeiro que ouviu a expressão, junho de 1996)

c. (2.2.1.) [...] é preciso falar disso considerar a dimensão política, quer dizer, para ser bem claro, do contexto das lutas que estruturam a sociedade em questão. (M. Plon, *Connexions*, n° 42, 1983)

d. (2.2.2.) A. — Eu ainda sou o xerife e se a senhora sair assim em público vou mandar prendê-la.

B. — Oh! ... Esperei tanto tempo que me dissesse isso! Você tem um modo tão inusitado de se expressar [...]. Jamais pensei que você me diria isso!

A. — Dizer o quê?

B. — Que me amava!

¹⁴ Cf. Fuchs (1982) e Fuchs (1994).

¹⁵ N. dos T.: O exemplo original contém um ditado de uso similar ao proposto pelos tradutores.

- A. — Eu disse que ia mandar prendê-la.
B. — É exatamente a mesma coisa e você sabe disso, mudam apenas as palavras. (diálogo do filme *Rio Bravo*, A.: o xerife, B.: a heroína)

e a da *exposição*¹⁶ de palavras, por menção ou autonomia, presente tanto nos enunciados que falam da própria língua (2.1.), tal como em (8a e b), como nas representações de discurso (2.2.), de si ou do outro, tal como em (9a e b):

- (9) a. Escute, Senhor, e são as últimas palavras que lhe dirijo:
eu-não-quero-comprar-este-aparelho! (oral, fim de uma longa e difícil conversa com um vendedor, fevereiro de 1995)
b. Foi esse o momento que ele esperava para dizer: “Não tenho mais dinheiro em caixa”.

Dependendo dos “itens”, ou seja, dependendo dos contextos de aplicação, essas operações se realizam por meio de formas diversas e produzem aí, sobre uma única base, funcionamentos e efeitos diferentes. Uma linha de divisão essencial para a delimitação do setor da RDA no conjunto metalinguageiro é a que passa entre (2.1.) e (2.2.) da categorização *tipo* ou *token* do objeto languageiro representado. Essa oposição se modifica, de fato, radicalmente quando se trata da operação de paráfrase, o espaço — língua ou discurso — no qual é colocada a relação de equivalência e o nível em que ela se situa — significado ou

¹⁶ N. dos T.: Jacqueline Authier-Revuz emprega a palavra *monstration* em francês, que significa a ação de mostrar. Nessa categoria, citam-se e mostram-se as palavras citadas. Optamos pelo termo *exposição*.

sentido que é constituído pelo todo do contexto do dizer¹⁷. Ela modifica também radicalmente, para as sequências mencionadas, a condição de acesso delas ao sentido e à referência atual, isto é, ao “mundo”, fechado respectivamente para os *tipos*, limitados ao universo do signo (como em (8a e b)) e aberto para os *token* (como em (9a e b)), conforme veremos mais adiante em relação ao DD (parte 3).

Uma característica associada aos *token* (em oposição aos *tipos*) é que, sendo o objeto da representação, nesses casos, um ato de enunciação, em sua concretude singular, estritamente irrepresentável “em sua totalidade” — ao contrário do que se dá com uma *frase* em relação a um sistema linguístico —, toda representação de *token* (2.2.), por mais detalhada que seja, não passará de uma imagem necessariamente subjetiva e parcial.

Ademais, essa imagem — incompleta — do ato de enunciação não se inscreve da mesma forma na representação do dizer no processo de realização (2.2.1.) e de um dizer outro (2.2.2.). No primeiro caso, a representação se *acrescenta*, como um comentário, ao discurso que, *hic et nunc*, se produz; ela é duplicação de algo que existe pelo enunciado independentemente de sua representação. No segundo (8d, 9b), é exclusivamente pela representação que é dada que o dizer “outro” aparece no dizer *hic et nunc*, e a inclusão desse outro representado no um do dizer no processo de realização abre, em toda forma de RDA, uma dupla heterogeneidade: a da irreducibilidade do ato de enunciação outro à imagem necessariamente incompleta que dela é dada; e a da articulação que realiza, de diferentes modos, toda forma de RDA de

¹⁷ O enunciado (8d) fornece um bom exemplo da distância extrema, no plano da língua, entre os elementos colocados, em DI, em uma relação de paráfrase no plano do discurso: *vou mandar prendê-la/eu te amo*.

dois atos de enunciação (dois sistemas de identificação enunciativa, duas modalidades de enunciação, dois conteúdos de mensagem, duas maneiras de dizer, etc.) que ocorrem respectivamente no real da enunciação no processo de realização e em relação com a imagem que é dada — *imagem do outro no um*.

2 Um campo heterogêneo no plano das formas

A declinação, a diátese, a modalidade de enunciação oferecem, entre outros fenômenos, subsistemas de língua homogêneos e estruturados: o que não é o caso do campo da RDA, apesar de a tradição do capítulo “discurso reportado” nas gramáticas apresentar uma ilusão com sua aparência de paradigma com três elementos — DD, DI, DIL.

Na realidade, essa prática metadiscursiva de produção no discurso de imagem de um discurso outro passa pela realização de formas e operações que, na maioria das vezes, “não pertencem” a esse campo, funcionando, em outros lugares, fora de toda a problemática do discurso outro: por isso não se pode escrever uma “gramática” no sentido estrito, mas desenhar uma estruturação em zonas, operada sobre base de algumas operações e formas elementares *que não lhe são próprias*.

O quadro (10) mostra alguns desses elementos que atravessam de maneira pertinente o campo da RDA:

(10)

	Predicação relativa ao DO A	Modalização do dizer pelo DO B
Imagem do DO construída por paráfrase (descrição) A	Zona do discurso indireto (em sentido amplo) ex.: Ele anunciou sua volta. Aa	Zona da modalização do dizer como discurso segundo ex.: Segundo ele, as estatísticas mentem. Ba
Imagem do DO construída com exposição de palavras B	Zona do discurso direto ex.: Resposta do ministro: “Esperemos as eleições”. Ab	Zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo ex.: Ele flerta com ela, como dizia minha avó. Bb

Duas operações — não circunscritas ao campo da RDA, evidentemente —, a da *predicação* (A) e a da *modalização* (B), intervêm na categorização dada à imagem do dizer outro no dizer que ele comporta: seja (A) o dizer outro sendo aquele sobre o qual incide a predicação efetuada pelo dizer, seu objeto, *aquilo de que* ele fala; seja (B) o dizer outro sendo aquele no qual incide uma modalização do dizer, aquele *a partir do qual* ele fala.

Do mesmo modo, as duas operações de metalinguagem natural — não mais específicas da RDA, como vimos acima —, que são a *paráfrase* (a) e a *exposição* de palavras (b), também intervêm na natureza da imagem do discurso outro produzido: seja (a) essa imagem passando pela formulação de uma paráfrase discursiva — um equivalente no plano do sentido, em contexto — e, além disso, por uma simples descrição/caracterização do conteúdo do discurso outro sem exigência de equivalência; seja (b) essa imagem que constrói o dizer

passando por uma exposição de palavras (menção, autonímia) remetendo ao outro discurso, pela exposição de uma mensagem outra.

Quando cruzamos essas operações, quatro zonas se desenham, apresentando, para cada uma delas, por um lado, uma grande variedade de formas no sentido gramatical do termo (oração subordinada substantiva, relativa e adverbial, orações intercaladas, modos verbais, adjetivos, etc.) e, por outro lado, uma extensa gama de graus de marcação, desde casos de sobremarcação até formas totalmente interpretativas.

Assim, a zona (Aa), definida pelo fato de que o discurso outro (A) é objeto do dizer e que sua imagem (a), produzida pela paráfrase discursiva, é, nos planos semiótico e enunciativo, homogênea ao discurso onde ela é produzida, inclui ou abrange a variedade que se pode observar em:

- (11) a. Ele disse que vinha; ele disse ter se enganado; ele anunciou seu retorno em breve.
- b. Ele fez ameaças; ele fez muitas perguntas.
- c. Ele evocou sua juventude; eles falaram de carros.
- d. (Ele falou).

Esquemáticamente, ela diz respeito então (11a) às formas do DI que produzem uma imagem parafrástica do conteúdo do discurso outro, reunindo tanto a forma “clássica” em *dizer que* quanto seus homólogos com infinitivos ou grupo nominal; ela inclui, por extensão, as formas descritivas do conteúdo (mas sem proposição de paráfrase), especificando o ato ilocutório (11b), o tema ou o “tipo” (11c) do discurso outro. Apenas a indicação de que houve um dizer outro, sem elemento

informativo sobre o conteúdo, pode ser considerado como “grau zero” da RDA.

No plano das realizações gramaticais da RDA nessa zona, é preciso destacar a forma frequente do DI com verbo de fala em orações intercaladas¹⁸ e o vasto domínio das extensões interpretativas do alcance de uma marcação, para além dos limites da frase¹⁹, razão pela qual insistiremos no fato de que o DI não marcado, totalmente interpretativo, não é o DIL.

Da *zona (Ab)*, definida pelo fato de que, (A), o discurso outro é o objeto do dizer e que (b) sua imagem, passando por uma exposição de mensagem²⁰, é, nos planos semiótico e enunciativo, heterogênea ao discurso onde ela é produzida, fazem parte, por exemplo:

- (12) a. Il proclama: “Eu estou feliz”. (sobremarcação sintática + tipográfica)
- b. Eu estou feliz, proclama ele. (marcação sintática)
- c. Ele se regozija: “Eu estou feliz”. (marcação tipográfica + índice semântico)
- d. Ele se regozija. Eu estou feliz. (interpretativo com índice semântico)
- e. Ele chega. Eu estou feliz. Ele sai. (interpretativo, em função de um contexto mais amplo)

Nesse conjunto, que é o do DD, passamos, através da variação sintática — que afeta, em particular, a relação entre a representação da

¹⁸ Cf. o conjunto de exemplos discutidos em Rosier (1999:257 e seguintes) (sem que eu concorde com a ideia de um “efeito de DD”).

¹⁹ Do tipo daquelas que G. Schrepfer, em termos de introdutores de “quadros de discurso” — propostos por M. Charolles — e de índices de fechamento, estuda, mais particularmente no caso (Ba) de *segundo l...*, cf. Schrepfer (no prelo).

²⁰ Exposição de mensagem, que é imagem da mensagem cujo grau de “fidelidade” não é em nada especificado por essa descrição, cf. abaixo, parte 3.

mensagem e a representação do ato de enunciação do qual ela faz parte: pela regência que exige objeto direto (12a), frase incisa (12b), disjunção sintática (12c e d) — e tipográfica/entonacional, das formas marcadas (em diversos graus (12 a, b, c)) a formas cuja interpretação como RDA se baseia nos indícios (jamais unívocos, quer sejam da ordem de uma coerência semântica imediata (12d) ou discursiva, mais ampla (12e)). O DDL (representado aqui por (12d e e) constitui o setor interpretativo dessa zona: contrariamente ao DIL, irredutível a uma dessas quatro “zonas”, o DDL é (apenas) um DD não marcado.

A zona (Ba), definida pelo fato de que aí se fala de um objeto qualquer *a partir* de um outro discurso (B) cuja imagem passa pela paráfrase discursiva (a), comporta as formas:

- (13) Segundo l, de acordo com l, para l, se acreditarmos em l,
... P. Parece que P. P, parece.
Ele estaria bem colocado nas eleições. Ele está, diz ele, bem
colocado nas eleições.

Essa zona, que podemos chamar de “modalização do dizer como discurso segundo” (MDS) ou, se quisermos, “modalização por discurso outro”, faz parte dos campos da modalidade²¹, em que ela se opõe às formas do tipo *segundo ela, de acordo com ela, ela faz questão de dizer, parece-me, ele parece triste pelo que vi*, etc., pelo traço “discurso outro”.

A zona (Bb) é definida pelo fato de que aí falamos de um objeto qualquer *a partir* de um outro discurso (B) cuja imagem passa pela exposição das palavras (b). Esse setor da “modalização autonímica de

²¹ E encontra a problemática da evidencialidade — onde ela pertenceria à categoria do boato — e a da mediação.

empréstimo”²², que faz parte do campo global da modalidade autonímica (cf. abaixo, parte 3) em que ele se opõe pelo traço “discurso outro” às formas do tipo *se é que eu posso dizer, se eu posso dizer assim, eu digo, é o caso de dizer*, etc., desenvolve uma grande variedade de formas sintáticas e lexicais, em vários níveis de explicitação: assim, por exemplo, do mais ao menos explícito:

– explicitando a operação de empréstimo — dizer “como” — a um exterior discursivo (Ext):

(14) X, eu uso as palavras de Ext, eu retomo as palavras de Ext; X, eu uso esse termo como, no sentido de Ext; para usar, citar, plagiar, adotar, manter as palavras de Ext; X, para ser, usar um estilo Ext (= simples, pedante, esnobe, grosseiro, “da moda”); X, para falar em termos técnicos, coloquiais, vulgarmente...

– apontando a emergência do discurso outro:

(15) Como Ext diz isso? X; X, Ext *dixit*; O N que Ext chama, nomeia, designa, batiza de X; X, termo de Ext; X, no sentido de Ext, que Ext dá; ..., conhecido, que se pretende, chamado X; X – Ext diz Y; X que Ext; X – em Ext Y [Ext = em inglês, em termos eruditos]; “X” (Ext) [Ext = nome próprio]; O famoso, célebre, eterno “X”; Le “X” de Ext, seu “X”; X, *sic*; ...

– marcando (aspas, itálico) uma modalização autonímica, para ser interpretada como empréstimo:

(16) “X” [interpretado em *como diz Ext*]; “X” (!) [interpretado em *sic*]; “X” (?) [interpretado em *pretendido*]

²² Cf. um estudo sistemático em Authier-Revuz (1995:235-496) e elementos esquemáticos em Authier-Revuz (1997).

– para interpretar como modalização autonímica e como empréstimo:

(17) X, quer dizer Y; X, ou Y; X, Y; X – Y; X (Y); X etc.; X ...
(reticências); X₁-X₂-X₃ [travessões colocados entre as palavras marcando o caráter cristalizado da sequência X₁ X₂ X₃]

– puramente interpretativo (alusão interdiscursiva), como em:

(18) E nesses últimos tempos pudemos observar, ao som do mar e à luz do céu profundo, que os brasileiros não fugiram à luta: cumpriram seu dever de cidadãos do país e foram às ruas buscando direitos e lutando por melhorias na atuação pública. [*Revista Filantropia*, 2013]²³

Escapando dessa combinação A/B-a/b, pela qual o campo da RDA se estrutura em termos de predicação, modalização, paráfrase e exposição das palavras, aparece enfim a zona original da *bivocalidade*, incluindo o DIL ou confundindo-se com ele, dependendo da definição que lhe for dada. Apresentando formas e graus de marcação diversos — com ou sem intercaladas, com ou sem aspas — como (com correferência de *Pierre* e *ele*):

- (19) a. Pierre chegou ao guichê. “Ele podia, solicitou, pedir o livro emprestado?”
b. Pierre chegou ao guichê. Ele podia, solicitou, pedir o livro emprestado?
c. Pierre chegou ao guichê. “Ele podia pedir o livro emprestado?”
d. Pierre chegou ao guichê. Ele podia pedir o livro emprestado?

²³ N. dos T.: O exemplo original trazia uma alusão ao hino nacional francês.

Essa zona se caracteriza por uma heterogeneidade enunciativa particular: a unidade enunciativa fundamental, na qual dêiticos de pessoa, tempo e modalidade de enunciação estão indissociavelmente associados a uma fonte, se rompe aqui²⁴, remetendo pessoas e tempos verbais ao quadro enunciativo do dizer no processo de realização, enquanto a modalidade de enunciação e, eventualmente, circunstâncias temporais remetem ao ato de enunciação outra. A relação do dizer com o discurso outro representado é, portanto, a de um *falar com*.

Cada uma dessas zonas corresponde, por meio da situação da imagem produzida do discurso do outro no dizer no processo de realização, a um modo de tratamento da alteridade, ou seja, da inclusão do outro no um do dizer:

- *um fala do outro trazendo-o ao um*: é a zona do DI, simples ou estendido, caracterizada pela integração, homogeneização, redução do outro ao “um” sintático e enunciativo;
- *um fala do outro mostrando-o, localmente, como outro*: é a zona do DD, caracterizada pela exibição, na linearidade que ela recorta em partes de um e do outro, de um segmento completamente heterogêneo nos planos semiótico, sintático, enunciativo, colocado na dependência do dizer do um, assumindo a exposição do outro, isto é, “fazendo o outro falar”;
- *um fala a partir do outro*: é a zona, dupla, da modalização do dizer pelo discurso outro, onde o outro não é mais aquilo de que se fala, mas o que interfere no dizer, o que o altera — também no sentido musical²⁵

²⁴ Sobre um modo similar, mas que não se confunde com a forma que podemos observar nessa outra configuração de fala do um na do outro fornecida pelas retomadas imediatas na interlocução, cf. Granier (2002).

²⁵ Onde, para L, enunciar P no modo *segundo I, P*, seria falar “em clave de I”...

— interferindo como fonte, seja de suas predicções (Ba), seja de seus modos de dizer (Bb);

– *um fala com o outro*: é a zona de uma bivocalidade em que um se mistura ao outro, afetando a coesão da unidade enunciativa partilhando esta entre um e outro (o que não tem nada a ver com a divisão *da cadeia* entre um e outro operada pelo DD). Pode-se falar aqui de “hibridismo”, ou de “mistura”, enunciativa, desde ela não seja de forma alguma estendida a uma combinação DD/DI, mas considerada um modo enunciativo de fato e de direito do tratamento do outro no um.

Esses grandes tipos *básicos*, fornecidos pela língua, são tomados aqui em sua generalização — pobreza — máxima; evidentemente, eles são capazes de assumir *interpretações* muito diversas no plano do discurso: assim, por exemplo, a exposição da mensagem outra se revela tão adaptada à literalidade escrupulosa da citação erudita quanto à teatralização polêmica de uma fala fictícia atribuída ao outro, como dizendo melhor do que ele o que ele tinha dito...; como são capazes também de se associar em *formas complexas* — no limite das combinações possíveis. Assim, a tão frequente associação dos DI e das modalizações como discurso segundo, com uma modalização autonímica de empréstimo ao mesmo discurso outro, como em:

- (20) a. [...] A figura de proa do MRG²⁶ anunciou que havia “grande possibilidades de ele ser candidato a prefeito”.
- b. Segundo Flaubert, a prova do “grito”²⁷, é necessário para quem tem a ambição de uma verdadeira escrita.

²⁶ N. dos T.: MRG é a sigla de Movimento dos Radicais de Esquerda, um partido político.

²⁷ N. dos T.: No texto-fonte, o exemplo é: *Selon Flaubert, l'épreuve du "gueuloir"*, [...]. A “prova do gueuloir” consiste em “gritar” (*gueuler*) o texto que está sendo composto, isto é, declamar em voz muito alta, na solidão do seu escritório, para escutar como ele se desenvolve fisicamente na escuta, e em seguida corrigi-lo, burilá-lo.

que correspondem à realização dos modos (Aa) ou (Ba) somados com o modo (Bb), segundo um funcionamento discursivo que não requer, na minha opinião, que se postule um outro tipo específico²⁸.

3 Língua e discurso: uma distinção a ser mantida

3.1 Se esbocei esse sucinto inventário das formas e operações de base que estruturam o domínio da RDA no plano de seu valor na língua, isto é, da maneira mais abstrata e geral, não foi por indiferença à riqueza inesgotável dos funcionamentos e efeitos de sentido que podemos, concretamente, encontrar no discurso, mas o contrário, pois penso que é partindo das formas da língua, em sua rigidez e em sua pobreza abstrata, que podemos dar conta deles, por meio da descoberta de trajetos interpretativos.

Fazendo isso, inscrevo-me em um quadro teórico que mantém como essencial, na linha de Benveniste (cf. Benveniste 1967/1974), a distinção entre o que ele chama de “dois modos de significância”: o da semiótica, a língua no sentido saussuriano, onde a questão é identificar os signos, ou seja, reconhecê-los e, junto com eles, seu significado estável; e o da semântica, o do discurso ou da “língua em uso e ação”, onde os signos se tornam “palavras” que devem ser compreendidas, ou seja, interpretadas, atribuindo-lhes um sentido — instável e incerto, em razão do número infinito de parâmetros heterogêneos.

É claro que essa posição de se ancorar no sistema da língua para dar conta dos fatos de enunciação, de discurso, pressupondo a

²⁸ E não especificamente um misto de DD e DI, na medida em que os segmentos que fazem parte do modo (Bb) não são DD (que faz parte de Ab) (cf. abaixo, parte 3).

pertinência de uma ordem própria, de um real da língua, não é unanimidade hoje em dia. Pelo contrário, está amplamente representada nas “ciências da linguagem” a escolha de uma espécie de abordagem direta dos funcionamentos discursivos, acompanhada de um relativo desinteresse pelas formas da língua: quer seja de maneira explícita, e teorizada, dispensando globalmente o conceito de língua sob a máscara de “artefato”; quer seja, como é mais frequente, através de um questionamento da pertinência das categorias estabelecidas no plano da língua, uma por uma, em nome de sua rigidez ou de sua suposta “normatividade”, em suma: de sua inaptidão para dar conta da flexibilidade, das nuances, da profusão viva do discursivo.

Essa divisão teórica, cujas repercussões descritivas são fortes, parece-me estar no centro de muitos debates que atravessam o campo da RDA, especialmente em um movimento de promoção do “misto”, do “híbrido” e do continuum, pensados como se desfizessem as distinções “rígidas” colocadas na língua, enquanto o nível onde são colocados esses híbridos, ou *continua*, parece-me frequentemente (nem sempre!) fazer parte de fato do plano do sentido, no discurso, que não se confunde, a meu ver, com o das formas da língua.

3.2 Os exemplos que — entre outros possíveis — eu trarei dizem respeito ao funcionamento no discurso das formas de língua da autonomia e da modalização autonímica.

Lembremos, esquematicamente²⁹, as oposições que estruturam o campo. Em (A) o signo *ordinário*, ou “em uso”, é analisado como

²⁹ Ver Rey-Debove (1978), Authier-Revuz (1995:25-40) ou, para uma apresentação sintética, Authier-Revuz (2002).

semioticamente simples e remete a um referente mundano, como em (21):

(21) A polícia tem muito a explicar.³⁰ $S = (st/sd)^{31}$

o fato autonímico, por meio dos dois modos nos quais ele se realiza, permite, de modo reflexivo, significar o signo e referi-lo. O primeiro modo é o (B) da autonímia (ou da menção) simples, que apresenta uma estrutura semiótica complexa em que o plano do significado é ele próprio um signo e um funcionamento morfossintático nominal, como em (22):

(22) “Polícia” rima com “milícia”. $S = (st/(st/sd))$

O segundo (C), o da *conotação/modalização autonímica*, corresponde a uma configuração semiótica e enunciativa complexa, incluindo a autonímia como um de seus componentes, como em:

(23) O que há é uma polícia, ousado dizer, dos usos da língua.

Nessa configuração, o signo *polícia* apresenta o mesmo estatuto morfossintático e a mesma referência mundana que o signo (A), ao contrário do que ocorre em (B); mas, a essa referência mundana se soma uma referência ao signo por meio do qual se realiza a primeira: o enunciador, aqui, fala de algo e além disso fala do signo pelo qual, *hic et nunc*, ele fala desse algo.

No plano enunciativo, é importante sublinhar que, se em (A) e (B) não se fala “da mesma coisa” (do mundo em (A): da polícia como

³⁰ N. dos T.: Conforme sugestão da autora, os exemplos 21, 22 e 23 originais foram substituídos por exemplos desses funcionamentos enunciativos na língua portuguesa.

³¹ N. dos T.: A autora usa as abreviaturas *sa = signifiant/sé = signifié*, o que adaptamos para *st = signifiante/sd = significado*.

instituição; do signo em (B), a palavra *polícia*), fala-se aí “da mesma maneira”: (B) se distingue de (A) por um signo complexo, “em duas etapas”, digamos assim, mas o modo de dizer em si é o mesmo em (A) e em (B). (C), ao contrário, apresenta um desdobramento enunciativo: um modo de dizer complexo, que duplica o dizer de uma palavra — visando o mundo — com uma autorrepresentação do dizer dessa palavra.

Assim, na língua, muito aquém de todos os efeitos de sentidos no discurso para os quais elas servem, é importante não confundir essas duas categorias distintas — no plano triplo: semiótico, sintático e enunciativo — da autonímia e da modalidade autonímica.

Acrescentarei, brevemente, duas observações sobre a modalização autonímica. Deve-se a J. Rey-Debove (1978) a noção de conotação autonímica: foi dela que retomei essa noção, fazendo um deslocamento de sua abordagem semiótico-lexical para um ponto de vista enunciativo, em termos de modalização metaenunciativa do dizer, com alguns ajustes de definições³². Mas vale destacar que o campo dos fenômenos visados é estritamente o mesmo: assim as “classificações” operadas algumas vezes entre fatos de conotação e modalização autonímicas me parecem — a não ser que essas noções sejam explicitamente redefinidas, em oposição à sua definição original — não ter fundamento.

A modalização autonímica não é, em si, uma forma da RDA. Sendo uma forma muito geral de autorrepresentação opacificante do dizer, ela é passível de se inscrever no campo da alteridade discursiva — e de aí constituir um modo de tratamento específico dessa

³² Ver Authier-Revuz (1995) e (2002).

alteridade, o da zona Bb mencionada acima, parte 2 —, mas da mesma forma que ela responde às outras “não-coincidências” cujas dimensões da interlocução, da nominação e do equívoco afetam o dizer. Desse modo, quando as formas da MA não estão explicitamente alocadas no campo do interdiscurso (como estão, por exemplo, em (14) e (15)), sua identificação como forma de RDA — isto é, como MA de empréstimo — depende sempre de um trajeto interpretativo cuja existência não podemos esquecer: mesmo quando a interpretação se impõe sobre o modo da evidência, ela não tem o mesmo estatuto que uma marca da língua.

3.3 Um fenômeno debatido é o do estatuto das formas, extremamente frequentes, ilustradas por (20)³³: seriam elas formas “híbridas” (ou mistas) de DD e de DI, questionando, nesse caso, por uma “perturbação das fronteiras”, a oposição entre essas duas formas³⁴? Ou elas apresentam a combinação de duas formas de língua distintas e combináveis, que são 1. a produção de paráfrase discursiva, elemento característico do DI e da MDS (zonas Aa e Ba, acima), passando pela formulação ordinária por parte de L — isto é, com suas palavras — do conteúdo de um outro dizer, e 2. a MA de empréstimo, suscetível de aparecer em todo discurso, quer ele contenha ou não uma forma de RDA e conseqüentemente também no contexto de DI ou de MDS.

Esquemáticamente³⁵, é preciso destacar que nada autoriza a fazer dos elementos colocados entre aspas “fragmentos de DD”, seja qual for

³³ E apresentando o que, em um texto já antigo (Authier, 1978:73-74), eu havia proposto chamar de “ilha textual”, mas sem que isso signifique de forma alguma “ilha de DD”.

³⁴ Posição frequentemente defendida, em particular por Gaulmyn (1983) e Rosier (1999).

³⁵ Para um tratamento detalhado, ver Authier-Revuz (1996).

a extensão deles, uma vez que não apresentam nenhuma das rupturas próprias da citação no DD: nem ruptura sintática, nem ruptura enunciativa (da referência dos dêiticos), tornadas possíveis, no DD, pela ruptura semiótica da autonímia da mensagem mostrada. Esses fragmentos são, pelo contrário, inscritos na estrita continuidade do dizer, homogêneos nos planos sintático e enunciativo a esse dizer, como destacam os casos onde a operação de homogeneização dos dêiticos é marcada, como em (24):

(24) [...] o cardinal Etchegaray teve entretanto a gentileza de nos escrever [...] para nos dizer que, lendo o *Asno* que havíamos lhe enviado, ele “gosta(va) dela”. [O *Asno*³⁶, setembro 1984]

Se comparamos um DI simples (25a) em suas variações com a ilha textual marcada (25b) e explicitada (25c):

- (25) a. Ele disse que olharia duas vezes antes de se meter de novo num projeto desse tipo.
b. Ele disse que olharia duas vezes antes de “se meter de novo” num projeto desse tipo.
c. Ele disse que olharia duas vezes antes de “se meter de novo” (sic!) em um projeto desse tipo.

vemos que o segmento do dizer entre aspas está “em uso” em (25b e c), se refere primeiramente ao mundo, como em (25a) — ao contrário do que ocorre com as palavras apresentadas em DD —, mas que ele está, *além disso*, em menção, ou seja, mostrado no modo do desdobramento reflexivo da modalidade autonímica que integra uma palavra e um

³⁶ N. dos T.: O título em francês é *l'Âne*.

comentário dessa palavra no mesmo dizer; sendo a natureza do comentário implícita em (25b) e explicitada em (25c).

A aparição, no contexto de DI (ou de MDS), de uma MA de empréstimo das palavras do discurso que é objeto da forma de RDA, aparece como um caso particular de um regime de emergência do discurso outro no discurso — o de um discurso outro *apropriado* ao objeto do dizer³⁷ — que somos levados a reconhecer em numerosas configurações discursivas: emergem no discurso do um, as palavras — não dele — que são as do país, da época, do meio, da profissão, da pessoa... de tudo *de que ele fala*³⁸ e que pode ser especificamente um discurso, por meio de formas do DI.

Assim, essas formas não implicam, a meu ver, hibridismo formal e “perturbação” da oposição entre as zonas DD e DI. E me parece ainda mais necessário não diluir as especificidades formais, distinguindo autonomia de modalização autonímica, nos efeitos de sentido (como o da retomada “textual” do discurso outro) que os enunciados que apresentam um verdadeiro “hibridismo formal” se encontrem, merecendo ser reconhecidos como tais em sua dimensão de questionamento, na enunciação, das formas da língua.

No caso de mudança, em um enunciado, de um modo de RDA para outro (do DI para o DD), como em³⁹:

³⁷ Sobre essa noção, oposta à de “discurso outro associado”, ver Authier-Revuz (1995:316-345).

³⁸ O que explicitam comentários do tipo: *segundo a expressão local, como dizem as pessoas do meio (profissional), como diziam as pessoas na época e, evidentemente, todas as formas recorrentes do tipo como ele diz, fora de toda estrutura de RDA, como em:*

(26) Assim corria a vida para minha tia Léonie, sempre idêntica, na suave uniformidade daquilo que ela chamava, com um desdém afetado e uma ternura profunda, seu “pequeno ramerrão”. (M. Proust, *A procura do tempo perdido*, t. 1. Trad. Mário Quintana, 3 ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 146.)

³⁹ Cf. Authier-Revuz (1996), exemplos (12) a (15), e Rosier (1999:219-220), exemplos (8) a (11), ao contrário dos outros enunciados estudados na categoria do “discurso direto com *que*”.

(27) [A pragmática linguística de Ducrot_i] postula que todo enunciado “carrega com ele uma qualificação de sua enunciação que constitui para mim o sentido do enunciado”. [Exercício de linguística, 1995]

(28) Ele disse que ele volta e “te amo” e que foi um mal-entendido. [Oral, outubro de 2001]

que essa mudança seja colocada na conta dos erros, dos esquecimentos de programa frásico no decorrer do enunciado, de movimento subjetivo forte, que vem romper a trajetória iniciada, de efeito deliberado de enunciação “instável”..., esses enunciados devem ser claramente identificados como distintos da forma regular e estereotípica do “DI/MDS com MA de empréstimo”, e a aparição deles — evidentemente muito mais rara; não excepcional entretanto — na prática espontânea como na escrita romanesca contemporânea (Aragon, M. Duras, A. Cohen, por exemplo) deve ser questionada nos planos psicolinguístico e estético.

3.4 A questão da (não) distinção entre o plano dos valores abstratos na língua e o dos funcionamentos no contexto é igualmente crucial na discussão sobre o estatuto autônomo da sequência citada em DD: o funcionamento semântico-referencial dessa sequência vai ao encontro de seu tratamento como autônomo?

Vejamos:

- (29) a. Aproveite então a saída de amanhã!
- b. A frase “Aproveite então a saída de amanhã!” é de modalidade injuntiva.
- c. Jean tinha me dito: “Aproveite então a saída de

amanhã!”, mas ela não aconteceu.

d. Jean tinha me dito para aproveitar a saída do dia seguinte, mas ela não aconteceu nesse dia.

A comparação entre (29a) e (29b) faz sobressair claramente a oposição entre o uso das palavras, no enunciado ordinário (29a) provido de um sentido e de uma referência atual, isto é, estreitamente relacionado ao mundo, e a sequência autônima, no enunciado metalinguístico (29b), encerrado no universo do signo, com um significado e um referente virtual, sem relação direta com o mundo. Esse claramente não é o caso para a mesma sequência citada em (29c), isto é, no contexto de DD, onde encadeamento lógico e retomada anafórica se realizam sobre o sentido e a referência atual associada à sequência.

Esse funcionamento normal do DD, a saber que se menciona uma sequência porque ela diz algo sobre o mundo, levou a restringir a autonomia no caso (29b) e a recusá-la no caso (29c) ou a postular uma mistura de menção e uso ou um continuum autonomia-modalidade autonímica⁴⁰, que questionaria a distinção em questão e daria conta do aspecto duplo de citação e referência ao mundo.

Parece-me, ao contrário, que a sequência citada em (29c) faz parte, sem dúvida alguma, da forma da língua da autonomia (que dá conta das rupturas sintáticas e enunciativas observáveis) inserida em um contexto particular — o de uma representação de ato de fala no qual, diferentemente de (29b), ela se carrega de sentido e de referência atual, de articulação com o mundo, *por meio desse contexto*. O acesso ao sentido e à referência atribuível a essa sequência se faz, certamente,

⁴⁰ Cf., por exemplo, Tuomarla (2000:32).

de maneira fácil, automática: ele não é menos indireto, mediado pelo contexto de representação da fala, em função do qual ele se produz⁴¹.

Assim, o funcionamento semântico-referencial da sequência citada em DD não deve, na minha visão, levá-la para uma zona indecisa em que a menção se cruzaria com o uso, mas, por meio de uma abordagem com a exposição das possibilidades no contexto de uma forma estável da língua, a reconhecer o trajeto que provê, indiretamente, de referência mundana uma sequência cujo estatuto, na língua, permanece autônomo.

3.5 Do mesmo modo, a assimilação da *autonímia* à *citação textual* leva, diante da indiscutível quantidade de casos de DD que não são claramente citação textual, a questionar o tratamento autônomo do DD, aqui também, seja completamente, seja distinguindo entre os DD autônomos — os fiéis — e os outros⁴². Essas duas noções não são, a meu ver, do mesmo nível: uma é forma de língua geral, portadora do valor de exposição de palavras (autônomas), a outra faz parte de uma operação, ou de um efeito de sentido, de se colocar em relação dois discursos.

A autonímia é certamente a única forma *que permite* inserir em um enunciado, em toda gramaticalidade, uma sequência qualquer retirada ao pé da letra de um outro lugar discursivo. Disso não decorre

⁴¹ Compararemos o funcionamento anafórico imediato em (29d) entre *saída/ela, no dia seguinte/nesse dia* e, em (29c), o trabalho de “recuperação” dos referentes da sequência citada *via* uma relação com as coordenadas (pessoa - espaço - tempo) do ato de fala representado, que, muitas vezes facilmente, pode se tornar “cálculo” problemático, como mostra este diálogo:

A. — Há três dias, ele disse: “eu venho depois de amanhã”!

B. — Sim, mas, espere aí, isso dá quanto?

⁴² Cf., por exemplo, Mochet (2002).

que o estatuto autônomo da sequência mostrada no DD *implique* essa textualidade.

A não textualidade de numerosas sequências citadas no DD não é, a meu ver, um argumento contra seu estatuto autônomo, que me parece se situar em um nível de abstração, no plano da língua, que o coloca aquém desses usos em discurso, caracterizáveis, por exemplo, em termos de textualidade estrita, aproximativa, nula..., isto é, aquém dos efeitos de sentido que ele é capaz de portar no jogo dos contextos discursivos onde ele figura.

O caso típico do DD, como forma — entre os diversos tipos de imagens de discurso outro que as diversas formas de RDA produzem —, poderia, assim como entre os gêneros da pintura a “paisagem de ruínas com personagem”, ser caracterizado como “imagem do discurso outro com mensagem mostrada”. Mas a autonomia não especifica nada sobre a relação dessa mensagem mostrada — ou seja, cujas palavras são mostradas — com uma mensagem original: sabe-se que os DD de forma semelhante em todos os aspectos especificam de maneira oposta sua relação com a textualidade, por meio de *em suma, grosso modo, mais ou menos, textualmente, cito literalmente...*

E eu gostaria de me deter nas duas formas (30a e b) que, explicitando seu caráter oposto quanto à textualidade, fazem-no através de uma forma que implica, no plano gramatical, o estatuto autonímico da sequência citada:

- (30) a. Ele lhe disse, com estas palavras: “Você está errado”.
- b. Ele lhe disse, não com estas palavras: “Você está errado”.

A sequência “Você está errado”, explicitamente caracterizada como textual/não textual, é, nos dois casos — estrutura canônica da autonímia, se houver — um aposto, com referência catafórica, no introdutor metalinguístico “essas palavras”: uma “gramática da autonímia”, constante, aparece aqui sob a variedade de usos e efeitos de discurso.

O fato — da língua — de a autonímia da sequência citada se situar aquém da textualidade da mensagem mencionada, questão que, evidentemente importante para o funcionamento discursivo do DD, faz intervir, tanto no plano da produção como no da recepção, fatores muito variados, entre os quais o do gênero (discurso científico ou erudito, grande imprensa, narrativa oral de conversação, etc.) se mostra essencial.

Em suma, permeando esses três casos⁴³ — ilha textual em DI, funcionamento referencial e (não) textualidade da sequência autônima —, aparece como crucial o fato de distinguir as formas da língua de base em sua abstração e os trajetos interpretativos, que dependem dos contextos em discurso, produtores do sentido. Uma parte importante dos “híbridos” e “*continua*” que são propostos para dar conta do campo da RDA se produz, me parece, esmagando esses dois níveis da língua e do discurso, que simultaneamente enfraquece o lado diferencial da língua e “achata” a descrição do sentido cujos trajetos interpretativos — a partir das formas, em contexto — são parte integrante.

⁴³ Outros pontos em discussão fazem parte, a meu ver, da mesma divisão teórica. Remeto, por exemplo, a Authier-Revuz (2002) para a questão da implicação subjetiva de L na mensagem de I que ele menciona, decorrendo, para mim, de um trajeto interpretativo que, longe de questionar o estatuto autônomo da citação, se articula a ele como em sua base.

4 Heterogeneidades representada e constitutiva: articulação e fronteiras

A questão da relação com o discurso outro não se dá somente no plano da RDA, garantindo — como o nome indica — a representação que um discurso dá em si mesmo de “seus” discursos outros. Essa *heterogeneidade representada* pelo e no discurso, através de formas identificáveis na linearidade pelo receptor, e pelo linguista, como referindo-se a outro, articula-se a um outro nível de heterogeneidade: o nível, bem diferente, identificado e teorizado nas abordagens não propriamente linguísticas da linguagem, que reconhecem — com acentuações teóricas diversas — o caráter constitutivo em todo dizer, e em cada ponto, do exterior já-dito, que chamei de *heterogeneidade constitutiva*.⁴⁴

A teoria bakhtiniana do “dialogismo” postulada como *lei* do discurso humano é, nesse caso, essencial: nenhuma palavra é nova nem neutra, mas é “carregada” de um “já-dito”, o dos contextos onde ela “viveu sua vida de palavra”; nesse sentido, falar é entrar em relação dialógica com esses discursos outros que habitam as palavras, e é nesse processo — que escuta, recebe, com ou sem reticência, cada palavra em função de como as vozes estrangeiras repercutem nela — que o discurso toma corpo. A fórmula de R. Barthes “tudo é citação” se inscreve nessa linha de pensamento: nossas palavras, usadas, não passam de “empréstimo”. É também, alimentada pelas teorizações de Foucault e Althusser, a análise do discurso desenvolvida por M. Pêcheux (1990), que opera um deslocamento a partir do discurso

⁴⁴ Oposição reformulada (Authier-Revuz, 1995) no quadro de uma abordagem das não coincidências enunciativas como não coincidência constitutiva/representada do discurso consigo mesmo.

produzido por um sujeito — na ilusão de um “eu falo” — na direção da exterioridade de uma interdiscursividade que o determina, sob o regime de um “algo fala sempre em outro lugar, antes e independentemente”. Há, por fim, em uma abordagem ao mesmo tempo psicanalítica e literária, no belo livro *Ladrões de Palavras*, de M. Schneider, as incidências sobre a construção da subjetividade — e sobre a escrita — do que ele chama de “não pertencimento radical da linguagem”, devido ao fato de que, irredutivelmente e desde nossa entrada “pelo outro” na linguagem, “nossas” palavras são palavras dos outros...

Essas duas heterogeneidades são... radicalmente heterogêneas! Uma faz parte da representação e da intencionalidade, a outra é estritamente irrepresentável pelo sujeito que fala, cujo dizer ela determina; e ela não está mais acessível ao analista, que pode, no máximo, construir hipoteticamente, sobre bases históricas fragmentos, parciais, da memória discursiva na qual se produziu um discurso.

Por que, então, nos empenhamos em relacioná-las? Por duas razões, ambas remetem às questões de “fronteira”.

A primeira é uma questão de fronteira externa do campo da RDA. Acima (parte 1), essa delimitação passava entre a RDA e a autorrepresentação em função da questão: há discurso representado, mas seria ele “algo do outro”? Aqui, trata-se de responder à questão: há algo do outro, mas seria ele representado?

Estudando as formas da RDA — heterogeneidade representada—, somos, com efeito, inevitavelmente levados a encontrar, ao final de uma escala de graus de marcação cada vez menos claros, uma zona imprecisa onde se cai na heterogeneidade constitutiva.

Nessa zona, eu me contentarei em colocar alguns marcos: o do limiar pelo qual se passa da gradação de marcação das formas do DD, da bivocalidade ou da MA de empréstimo, por exemplo, à marcação zero do DDL, do DIL (se reservarmos esse termo à bivocalidade não marcada), à alusão (cf. acima (12d,e), (19d), (18)), limite da entrada nas formas que podem ser interpretadas como RDA, ou seja, interpretadas como “dadas para serem reconhecidas” com a escolha — intencional — do risco que isso presume por parte do enunciador⁴⁵.

Para além desse limite, chega-se ao discurso outro *presente* (e não representado), suscetível de ser identificado por indícios de já-dito (e não indicado por marcas). Há, por um lado, uma grande variedade de estruturas de língua nas quais se percebeu, na própria economia sintático-semântica, um efeito resultante do já-dito: central na problemática do pré-construído e dos “discursos transversos” desenvolvida na análise do discurso com base em M. Pêcheux, o jogo não explícito e não necessariamente intencional do já-dito aparece no funcionamento de determinantes relativas restritivas, topicalização e clivagem de frases, nominalizações, concessões, apostos⁴⁶ enunciados tautológicos⁴⁷ (do tipo “mulher é mulher”), advérbios (“é mesmo um vigarista”), etc.

É, por outro lado, fora de toda estrutura que implica especificamente o já-dito que tal fragmento de discurso enunciado espontaneamente — e sem distância — pelo locutor poderá ser percebido pelo receptor como reminiscência, estereótipo, clichê,

⁴⁵ Cf., sobre o mecanismo de alusão como forma não marcada de MA, Authier-Revuz (2000).

⁴⁶ Cf., sobre essa questão, Neveu (2002), por exemplo.

⁴⁷ Cf. Richard (2000).

“langue de bois”⁴⁸... esse divórcio — suscetível algumas vezes de se explicitar em conflito⁴⁹ — entre locutor e receptor nos aproxima do fato da heterogeneidade latente, constitutiva, presente em todas as nossas palavras, irremediavelmente “tomadas de empréstimo”.

A segunda questão de fronteira que aparece na articulação das duas heterogeneidades, representada e constitutiva, é de natureza bem diferente. Em relação ao real da heterogeneidade constitutiva do dizer, atravessado, totalmente impregnado de uma alteridade não localizável, que ao mesmo tempo a nutre e a despoja, o conjunto das formas de RDA de um discurso desenha nele um *traçado de fronteira*, o do lugar, circunscrito, que ele reconhece no outro discurso, exterior, assegurando assim os contornos de um “interior” do dizer de si.

A relação interior/exterior, assim desenhada no discurso, aparece como o modo próprio — extraordinariamente diverso, de acordo com os discursos — pelo qual cada discurso efetua sua “negociação forçosa” com o fato da heterogeneidade constitutiva: à não representabilidade desta, responde o trabalho de *mise en scène*, necessário a todo dizer, de uma relação — amplamente imaginária — com a alteridade discursiva. E esse componente do discurso — uma imagem de si desenhada na sua relação diferencial com o outro — aparece, se nos apegarmos de maneira mais precisa à materialidade das formas pelas quais ela se realiza, como uma preciosa “forma de entrada” nos textos e na discursividade.

⁴⁸ N. dos T.: O dicionário Larousse *on line* define “langue de bois” como maneira rígida de se exprimir que usa estereótipos e expressões cristalizadas e refletem uma posição dogmática; na política, discurso dogmático, que revela ausência de ideias novas.

⁴⁹ Cf. a cena de *Pour un oui ou pour un non*. N. dos T.: *Por um sim e por um não*, obra não traduzida em português., de N. Sarraute, evocada em Authier-Revuz (2000).

São muitos os parâmetros pertinentes a essa cartografia interior/exterior construída em um discurso: a importância do território atribuído ao exterior; número e localização no dizer das emergências do outro; grau de diversidade dos exteriores convocados (do exterior único à uma extrema multiplicidade); identidade, mais ou menos especificada, dos exteriores (da indefinição do *se* à referência precisa de uma mensagem em particular); tipo de relação representada entre si e o outro, passando por toda a gama de concordâncias e conflitos; por fim, modalidades do “contato” fronteiro entre interior e exterior(es) para os quais é essencial, em particular, a questão do grau de marcação do outro, assegurando delimitações mais ou menos definidas ou incertas dos territórios de um e do outro.

Observando — mais perto da materialidade das formas — esses traçados, diferentes, de fronteiras que os discursos desenham em si mesmos, aparece, distinta de sua posição real no interdiscurso, que lhes é inacessível, a imagem de seus “posicionamentos” neste, própria — e, portanto, esclarecedora — dos gêneros, das disciplinas, das opções teóricas, das escolhas teóricas, dos sujeitos singulares.

Referências

AUTHIER, J. 1978. “Les formes du discours rapporté: Remarques syntaxiques et sémantiques à propos des traitements proposés”, dans *DRLAV* n° 17 *Autour du discours rapporté*, Université Paris 8, p. 1-88.

AUTHIER-REVUZ, J. 1995. *Ces mots qui ne vont pas de soi: Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*, Editions Larousse, Paris (2 vol).

AUTHIER-REVUZ, J. 1996. “Remarques sur la catégorie de l’ “îlot textuel” ”, dans *Cahiers du Français Contemporain, Hétérogénéité en discours*, n° 3, p. 91-115.

AUTHIER-REVUZ, J. 1997. "Modalisation autonymique et discours autre: quelques remarques", dans *Modèles Linguistiques*, vol. 35, XVIII, fasc. 1, p. 33-51.

AUTHIER-REVUZ, J. 2000. "Aux risques de l'allusion", dans *L'Allusion dans la Littérature*, M. Murat éd., coll. Colloques de la Sorbonne, Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, p. 209-235.

AUTHIER-REVUZ, J. 2002. "Le fait autonymique: langage, langue, discours – quelques repères", dans Authier-Revuz, J. & al. (éds.) 2002.

AUTHIER-REVUZ, J., BRANCA, S., DOURY, M., PETIOT, G. et REBOUL-TOURE, S. (éds) 2002. *Actes du Colloque "Le fait autonymique – ou de mention – dans les langues et les discours"*, organisé par le SYLED, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris 3, 5-7 octobre 2000, publié sur Internet <<http://www.cavi.univ-paris3.fr/ilpga/autonymie/actes.htm>>.

BENVENISTE, É. 1952/1995. "Comunicação animal e linguagem humana". In: *Problemas de Linguística Geral I*. trad. M. da G. Novak e M. L. Neri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes.

BENVENISTE, É. 1969/2006. "A forma e o sentido na linguagem". In: *Problemas de Linguística Geral II*. trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. revista. Campinas, SP: Pontes.

"La forme et le sens dans le langage". dans *Problèmes de linguistique générale II*, Editions Gallimard, Paris.

BENVENISTE, É. 1969/2006. "Semiologia da língua". In: *Problemas de Linguística Geral II*. trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. revista. Campinas, SP: Pontes.

CULIOLI, A. 1967. "La communication verbale", dans *L'aventure humaine, Encyclopédie des Sciences de l'Homme*, Vol. IV, Editions Grange Batelière, Paris, p. 65-73.

DE GAULMYN, 1983. *Les verbes de communication dans la structuration du discours*, Thèse d'Etat, Université de Paris VIII.

FOURNIER, J.M. 2002. "Le traitement des exemples dans le discours grammairien de l'âge classique, un cas limite d'autonymie", dans Authier-Revuz, J. & al. (éds.) 2002.

FUCHS, C. 1982. *La paraphrase*, Presses Universitaires de France, Paris.

FUCHS, C. 1994. *Paraphrase et énonciation*, Editions Ophrys, Paris/Gap.

GRANIER, J.M. 2002. "Faire référence à la parole de l'autre: quelques questions sur l'enchaînement "sur le mot" chez Marivaux", dans Authier-Revuz, J. & al. (éds.) 2002.

MOCHET, M.A. 2002. "Mention et/ou usage: discours direct et discours direct libre en situation de type conversationnel", dans Authier-Revuz, J. & al. (éds.) 2002.

NEVEU, F. 2002. "L'ajout et la problématique appositive - Détachement, espace phrastique, contextualité, dans *Figures d'ajout - phrase, texte, écriture*, J. Authier-Revuz, M.C. Lala, eds., Presses de la Sorbonne Nouvelle, Paris, à paraître.

PÊCHEUX, M. 1990. *L'inquiétude du discours*, textes choisis et présentés par Denise Maldidier, Editions des cendres, Paris.

REY-DEBOVE, J. 1978. *Le métalangage*, Editions Le Robert, Paris (2ème édition, Armand Colin, 1997).

RICHARD, E. 2000. *La répétition: Syntaxe et interprétation*, Thèse de Doctorat, Université de Brest.

ROSIER, L. 1999. *Le discours rapporté. Histoire, théories, pratiques*, Editions Duculot, Bruxelles.

SCHREPFER, G. (à paraître). "Sur la portée textuelle des introducteurs de cadres de discours en *selon X*, les indices de fermeture des univers énonciatifs", *Actes du Colloque "La Médiation"*, 6-8 décembre 2000, Université de Rouen.

TUOMARLA, U. 2000. *La Citation mode d'emploi. Sur le fonctionnement discursif du discours rapporté direct*, Academia Scientiarum Fennicæ, Helsinki.

Recebido em 11/12/2015. Aprovado em 16/12/2015.